

BRASIL-UNIÃO EUROPEIA: UM PASSO PARA A FRENTE, DOIS PARA TRÁS?

Rui Faria da Cunha¹

RESUMO

O presente artigo analisa a evolução recente das relações políticas, comerciais e de investimento entre o Brasil e a União Europeia e procura estabelecer uma relação entre estas dimensões, buscando um padrão e uma tendência que possa antecipar o futuro próximo.

Observados os fluxos de comércio e investimento nos primeiros anos do século XXI, há uma aparente coincidência entre o seu crescimento e o avanço da agenda política. A partir de 2011, no entanto, observa-se um abrandamento da atividade econômica. A confirmar-se uma relação entre os avanços das agendas política e econômica, poderá o reforço da primeira ter um efeito positivo na segunda? De que forma?

Mais do que apresentar resposta definitivas, o artigo procura lançar a discussão sobre o tema. Relações políticas

Apesar do estabelecimento de relações diplomáticas ter ocorrido em 1960, as relações políticas entre o Brasil e o bloco europeu decolaram apenas em 1992, com a assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação, no qual as Partes Contratantes se comprometeram a conferir um novo impulso às suas relações através, em especial, do desenvolvimento da cooperação em matéria de comércio, investimentos, finanças e tecnologia.

Em 1995, Mercosul e União Europeia assinaram um Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação, que estabeleceu o arcabouço para a negociação

1 Este artigo é da exclusiva responsabilidade do autor.

de um Acordo de Associação entre as duas regiões, com três pilares: diálogo político, cooperação e comércio.

Em 2004, a relação sofreu um novo impulso, com a assinatura de um Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, que visava incentivar, desenvolver e facilitar as atividades de cooperação em áreas de interesse comum através da realização e apoio a atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico.

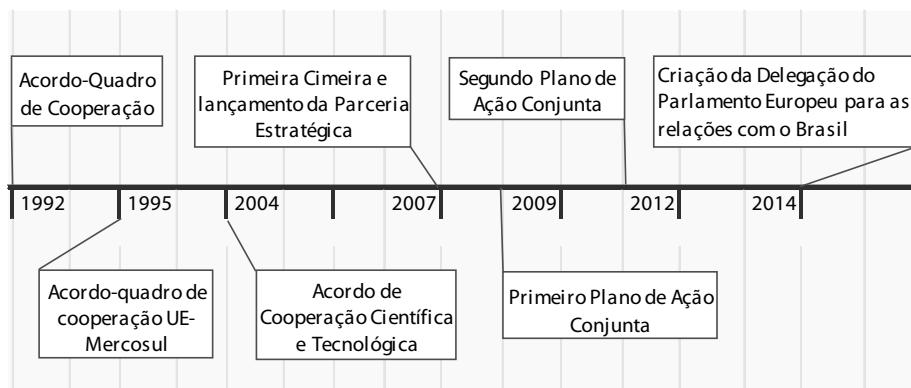
Em 2007, no entanto, o lançamento da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia durante a primeira Cúpula bilateral, com o objetivo de promover a prosperidade, proteger o meio ambiente e reformar a governança global, levou a relação entre os parceiros para outro patamar.

No âmbito da Parceria Estratégica, foram assinados dois Planos de Ação Conjunta (JAP – Joint Action Plan), em 2008 e 2011, cobrindo os triênios 2009-2011 e 2012-2014, e criados mais de trinta diálogos setoriais, cobrindo temas tão diversos como Agricultura e Desenvolvimento Rural, Direitos Humanos ou Pequenas e Médias Empresas.

Desde 2007, as duas partes realizaram sete reuniões anuais de Cúpula e outros tantos Encontros Empresariais, que impulsionaram o relacionamento bilateral quer ao nível público, quer privado.

Já em 2014, o Parlamento Europeu criou a “Delegação para as relações com a República Federativa do Brasil”, que tem como objetivo principal o acompanhamento da Parceria Estratégica.

Gráfico 1. Timeline relações políticas Brasil-UE



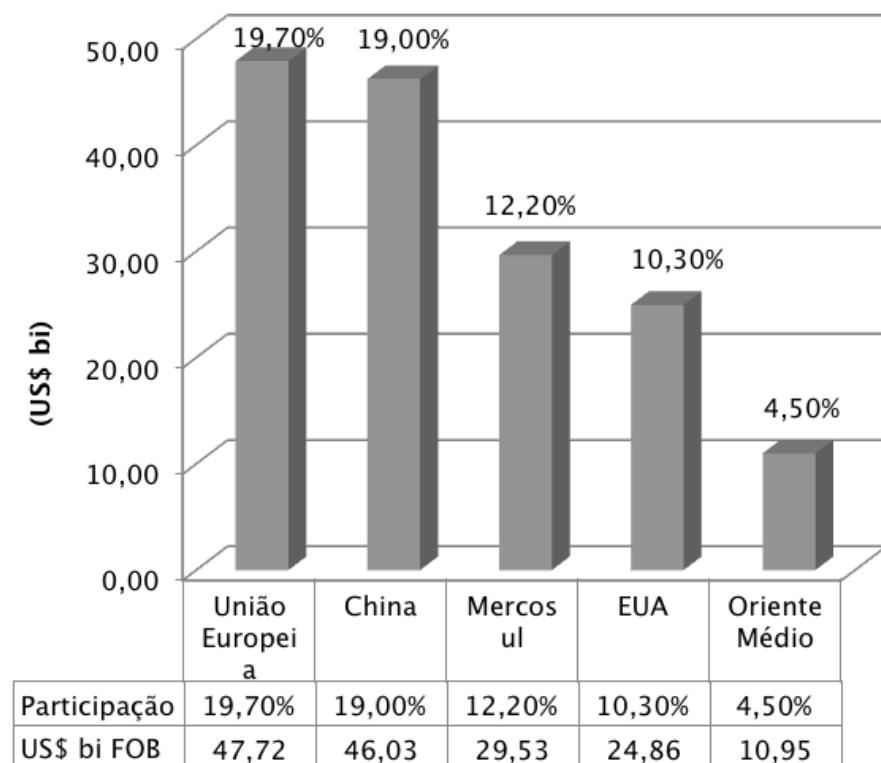
Elaboração: autor.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Começando pelos últimos dados estatísticos anuais disponíveis, de 2013, constata-se que a União Europeia, no seu conjunto, mantém a sua posição como principal destino das exportações do Brasil e origem das suas importações.

No que se refere às exportações, a União Europeia respondeu por 19,7% do total, à frente da China, com 19%, do Mercosul, com 12,2%, dos Estados Unidos, com 10,3% e do Oriente Médio, com 4,5% (v. gráfico 2).

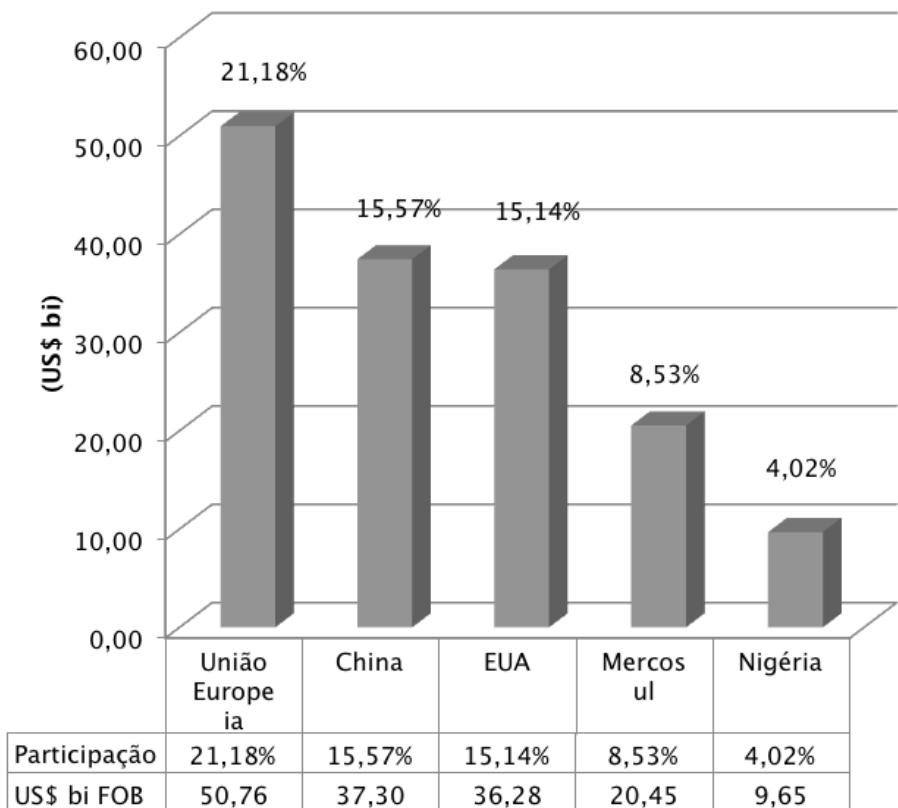
Gráfico 2. Exportações do Brasil. Principais parceiros comerciais 2013



Fonte: SECEX. Elaboração: autor.

No que se refere às importações, a União Europeia surge igualmente como o principal fornecedor do Brasil, com 21,18% do total, seguida da China, com 15,57%, Estados Unidos, com 15,14%, Mercosul, com 8,53% e Nigéria, com 4,02% (v. gráfico 3).

Gráfico 3. Importações do Brasil. Principais parceiros comerciais 2013



Fonte: EUROSTAT. Elaboração: autor.

Em relação à composição das exportações brasileiras para o bloco europeu, em 2013, distribuiu-se em partes iguais entre produtos básicos e industrializados (manufaturados e semimanufaturados), com destaque para a venda de minérios, farelo de soja, combustíveis e grãos (ver tabela 1)

Tabela 1. Composição das exportações brasileiras para a UE 2013

Descrição	Valor	Participação
Minérios	7 521	15,70%
Farelo de soja	4 731	9,90%
Combustíveis	3 425	7,20%
Grãos	2 811	5,90%

Café, chá, mate e especiarias	2 554	5,30%
Embarcações flutuantes	2 453	5,10%
Máquinas mecânicas	2 302	4,80%
Pastas de madeira	2 073	4,30%
Preparações produtos hortícolas	1 585	3,30%
Carnes	1 365	2,90%
Subtotal	30 819,60	64,50%
Outros produtos	16 952,00	35,50%
Total	47 772	100,00%

Já as importações brasileiras provenientes da União Europeia, no mesmo ano, foram compostas, em esmagadora maioria, por produtos industrializados, com destaque para as máquinas mecânicas (23,4%), automóveis (10,5%), produtos farmacêuticos (8,10%) e máquinas elétricas (7,8%) (ver tabela 2).

Tabela 2. Composição das importações brasileiras da UE 2013 (US\$ milhões, FOB)

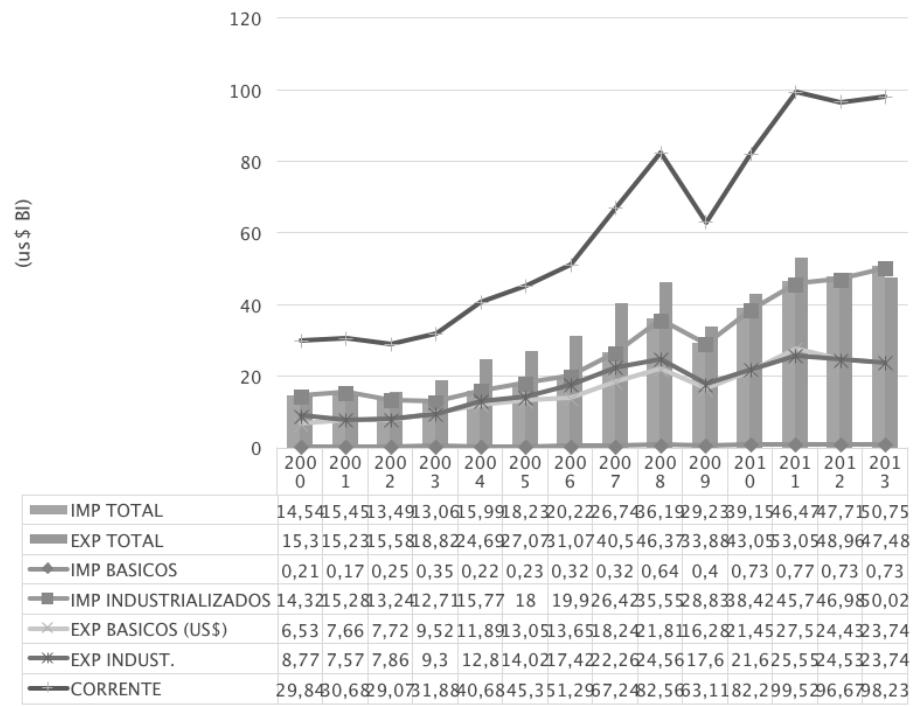
Descrição	Valor	Participação
Máquinas mecânicas	11 863	23,40%
Automóveis	5 345	10,50%
Farmacêuticos	4 087	8,10%
Máquinas elétricas	3 964	7,80%
Químicos orgânicos	3 066	6,00%
Combustíveis	2 637	5,20%
Instrumentos de precisão	2 432	4,80%
Plásticos	2 069	4,10%
Diversos inds químicas	1 753	3,50%
Obras de ferro/aço	1 697	3,30%
Subtotal	38 913	76,70%

Fonte : SECEX.

Analizada a evolução do intercâmbio comercial no período de 2000 a 2013, assistimos a um crescimento de 210,32% das exportações do Brasil para a União Europeia (de US\$ 15,3 bi para US\$ 47,48 bi), de 249,03% das importações da União Europeia para o Brasil (de US\$ 14,54 bi para US\$ 50,75 bi) e de 229,18% na corrente de comércio (de US\$ 29,84 bi para US\$ 98,23 bi) (ver gráfico 4).

Olhada a composição das trocas comerciais no mesmo período, verifica-se que a exportação de produtos básicos do Brasil para a União Europeia cresceu 263,55% (de US\$ 6,53 bi para US\$ 23,74 bi) e industrializados 170,69% (de US\$ 8,77 bi para US\$ 23,74 bi), tendo a importação de produtos básicos da União Europeia crescido 247,61% (de US\$ 0,21 bi para US\$ 0,73 bi) e industrializados 249,30% (de US\$ 14,32 bi para US\$ 50,02 bi) (ver gráfico 4).

Gráfico 4. Intercâmbio comercial Brasil-UE

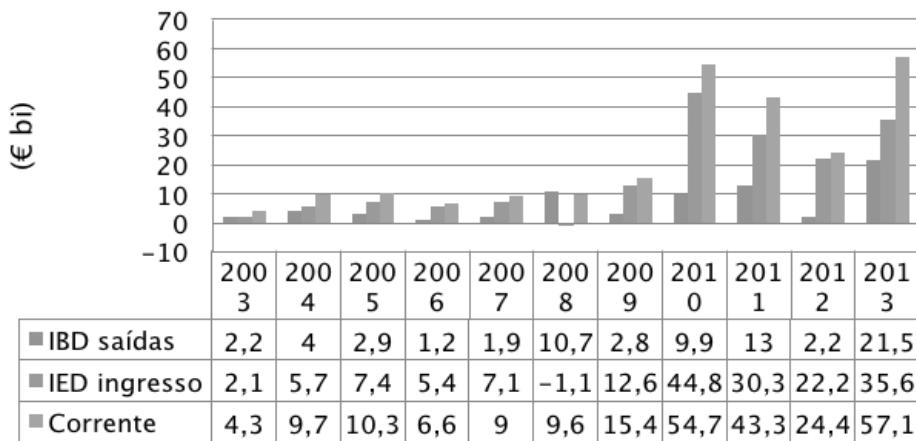


Fonte: SECEX. Elaboração: autor.

INVESTIMENTO

No que se refere aos fluxos de investimento entre o Brasil e a União Europeia, apesar da falta de consistência das diversas estatísticas analisadas, devido, no-meadamente, às diferentes definições de IDE, verificou-se, entre 2003 e 2013, um aumento significativo quer dos ingressos (de €2.1 bi para €35.6 bi), quer das saídas (€2.2 bi para 21.5 bi) (ver gráfico 8).

Gráfico 8. Brasil-UE Fluxos de investimento



Fonte: EUROSTAT. Elaboração: autor.

DA ASCENSÃO À ESTAGNAÇÃO?

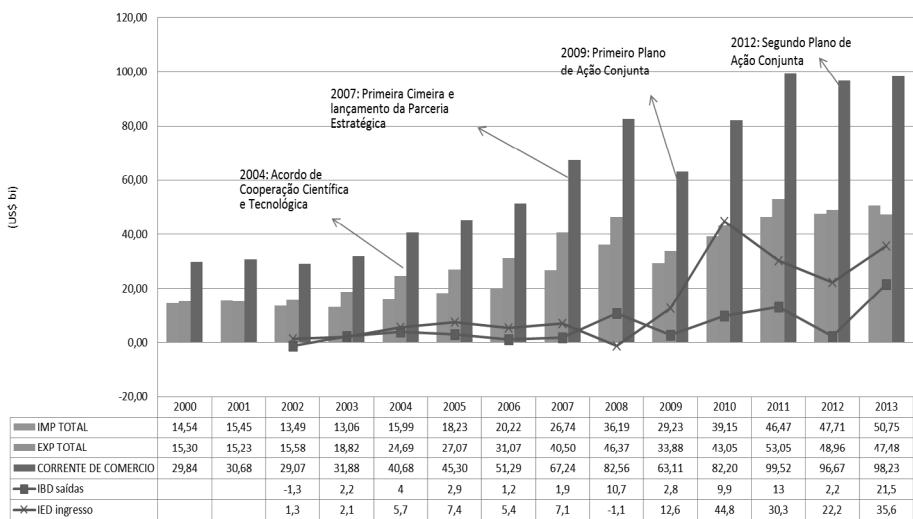
Analizados os dados estatísticos desde o início do século XXI, constata-se um enorme crescimento dos fluxos de comércio e investimento entre o Brasil e a União, com aumentos superiores a 200 e 1000%, respectivamente.

Por outro lado, no mesmo período, também a relação política entre os dois parceiros comerciais se reforçou, com a assinatura do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica em 2004, o lançamento da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia em 2007, as sete Cúpulas e Encontros Empresariais anuais entre 2007 e 2014, os dois Planos de Ação Conjunta em 2008 e 2011 e a criação da “Delegação para as relações com a República Federativa do Brasil” do Parlamento Europeu, já em 2014.

Parece assim haver uma coincidência entre o aumento da atividade política e dos fluxos de comércio e investimento (ver gráfico 9).

Observado o gráfico, a assinatura do acordo de cooperação científica e tecnológica em 2004 e o lançamento da parceria estratégica em 2007 aparentam constituir simultaneamente uma consequência e um impulsionador do crescimento das relações comerciais e de investimento. Com exceção do ano de 2009, fruto da crise financeira internacional, o crescimento das trocas comerciais foi ininterrupto entre 2004 e 2011, data em que atingiu o pico e iniciou, aparentemente, uma tendência descendente.

Gráfico 9. Brasil-UE Fluxos de comércio e investimento v Marcos políticos



Fonte: SECEX. Elaboração: autor

O que poderá estar na origem desse abrandamento? Será o início de uma queda prolongada? Poderá o reforço das relações políticas dar mais uma vez um impulso aos fluxos de comércio e investimento? Que reforço poderia ser esse?

Uma das explicações para uma eventual tendência de abrandamento poderá encontrar-se nas negociações comerciais internacionais.

Num mundo cada vez mais globalizado e interdependente, com cadeias de valor globais que envolvem com frequência diferentes continentes, os acordos comerciais bilaterais e plurilaterais, sobretudo com o impasse da rodada de Doha, ganharam uma renovada relevância.

A título de exemplo, os Estados Unidos têm atualmente em vigor acordos de livre comércio com 20 países, encontrando-se em negociações com vários países da região Ásia-Pacífico para a conclusão do chamado Acordo de Parceria Trans-Pacífico (TPP, no acrônimo inglês) e com a União Europeia para a conclusão do chamado Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, no acrônimo inglês)².

2 A lista completa pode ser consultada em: <http://www.usit.gov/trade-agreements/free-trade-agreements>

Já a União Europeia, concluiu, nos últimos anos, acordos de livre comércio com o México (1997), Chile (2002), Coreia do Sul (2010), Colômbia e Peru (2010), América Central (2012) e Ucrânia (2014). Em setembro de 2014, mantinha negociações, entre outros, com os Estados Unidos, ASEAN, Japão, Índia ou Ucrânia³.

Outro fator importante a considerar, na medida em que pode afetar fortemente as exportações brasileiras para o bloco europeu, é o Sistema Geral de Preferências (SGP).

Em janeiro de 2014, o Brasil foi excluído do SGP da União Europeia, tendo o executivo europeu justificado a decisão com o ingresso da economia brasileira no grupo dos países de renda média-alta, segundo o Banco Mundial.

Tal como o Brasil, foram excluídos do SGP europeu outros países da região, como Argentina, Cuba, Venezuela e Uruguai. Outros se mantiveram, como Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai e Peru.

Estima-se que os setores mais prejudicados deverão ser os de máquinas, autopeças, plásticos e produtos têxteis e químicos, principais beneficiados pela redução tarifária de 3,5 pontos percentuais que a União Europeia concedeu ao Brasil até dezembro de 2013.

No entanto, para alguns dos países que perderam igualmente a preferência tarifária, o impacto será muito reduzido ou mesmo nulo, porquanto já dispunham de vantagens decorrentes de acordos comerciais assinados com a União Europeia. Nesse grupo de países, encontram-se México, África do Sul, Argélia, Egito, Jordânia, Líbano, Marrocos, Tunísia e vários países do Caribe, incluindo a República Dominicana.

A assinatura de um acordo de livre comércio com a União Europeia, dentro ou fora daquele que vem sendo negociado desde 1999 entre o Mercosul e o bloco europeu, poderia não só mitigar os efeitos da perda da preferência tarifária, mas também integrar o Brasil na atual corrente de negociações comerciais bilaterais ou plurilaterais e compensar as vantagens que alguns dos seus principais concorrentes conquistaram ao assinar acordos com a União Europeia.

3 A lista completa pode ser consultada em: http://ec.europa.eu/enterprise/policies/international/facilitating-trade/free-trade/index_en.htm

CONCLUSÃO

A primeira década do século XXI assistiu a um crescimento exponencial das relações políticas e comerciais entre o Brasil e a União Europeia, com a assinatura de importantes acordos de cooperação e parceria e valores recorde de comércio e investimento. Esse crescimento pode, no entanto, ter atingido o seu pico em 2011, ano a partir do qual se verifica um abrandamento das relações econômicas. A confirmar-se a tese de que os avanços da agenda política e econômica estiveram interligados na primeira década do Século XXI, um novo marco político poderá relançar o crescimento dos fluxos de comércio e investimento. Observada a clara aposta da União Europeia e outros *players* mundiais na assinatura de acordos de livre comércio bilaterais e plurilaterais (em detrimento do multilateralismo), nomeadamente com países que concorrem diretamente com o Brasil pelo acesso ao mercado europeu e os efeitos do fim da preferência tarifária que a União Europeia concedia a uma parte importante das exportações brasileiras, a assinatura de um acordo de livre comércio entre o Brasil e a União Europeia, dentro ou fora das negociações em curso entre o Mercosul e o bloco europeu, aparece como um avanço natural da relação bilateral que poderá alicerçar um crescimento sustentado das relações de comércio e investimento.

RUI FARIA DA CUNHA é Advogado, licenciado pela Universidade de Coimbra, pós-graduado em direito da concorrência pelo King's College, mestre em direito europeu pelo Instituto Europeu de Administração Pública, mestre em contencioso europeu pelo Instituto Internacional Universitário do Luxemburgo. Gerente de Relações Governamentais do escritório da Apex-Brasil em Bruxelas, Bélgica.